

FUNCIONALISMO

ASSEMBLEIA APROVA REAJUSTE DE 4,62% PARA SERVIDORES

Oposição se prepara agora para outra batalha contra o governo Zema, que quer alterar a contribuição dos funcionários públicos para os institutos de Previdência

BERNARDO ESTILLAC

A proposta do governador Romeu Zema (Novo) para reajuste salarial dos servidores foi aprovada ontem em segundo turno na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O Projeto de Lei (PL) 2309/2024 foi aprovado por unanimidade com 64 votos e prevê correção de 4,62% – percentual relativo ao IPCA de 2023 – nos vencimentos do funcionalismo público, retroativos a janeiro deste ano. Emendas da oposição e de deputados classistas que tentavam aumentar o percentual desse reajuste foram derrotadas em plenário.

O dia foi o desfecho de quase um mês de tramitação do projeto na Assembleia e um acirramento com a base governista de um lado e oposição e parlamentares classistas do outro. A vitória nos placares foi para Zema, mas seus adversários apostam em um desgaste suficiente nas próximas semanas, que devem ser marcadas pela votação de projetos do Executivo que alteram a contribuição dos servidores para institutos previdenciários.

Foram votadas, além do texto principal, 11 emendas ao texto. As principais pediam um acréscimo de 5,79% ao reajuste, percentual relativo às perdas inflacionárias de 2022. Em diferentes textos havia medidas que previam a majoração para todos os servidores e outras que se limitavam aos agentes de segurança pública. Todas foram derrotadas com placar de 28 a 36.

Com galerias lotadas de servidores em protesto, a sessão foi marcada pela vitória da bancada governista em todas as votações. No saldo final, apenas os 4,62% propostos pelo Executivo foram aprovados. O funcionalismo pedia também a revisão da inflação de 2022, que não foi corrigida nos vencimentos pelo Executivo.

O reajuste dos servidores tomou todo o dia na Assembleia. A discussão começou no plenário às 10h e se estendeu até após as 16h, quando o projeto e as emendas foram, efetivamente, votados. Além das emendas que pediam a majoração do percentual do reajuste, outros pleitos do funcionalismo foram rejeitados.

Um deles foi a emenda nº 6, que pedia que os valores retroativos a janeiro deste ano fossem pagos em uma parcela única no mês seguinte à sanção do projeto. Outra proposta derrotada foi a emenda nº 17, que ampliava a correção aprovada para além dos vencimentos básicos do funcionário, sendo aplicada também aos complementos da folha de pagamento. Esta foi uma tentativa de evitar que trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo como valor-base tivessem um aumento nulo com o reajuste.



LEANDRO COURI/EM/DA PRESS

O PROJETO DE REAJUSTE DOS SERVIDORES TOMOU TODO O DIA NA ASSEMBLEIA. A DISCUSSÃO COMEÇOU NO PLENÁRIO ÀS 10H E SE ESTENDEU ATÉ O FIM DA TARDE

A maioria das pautas rejeitadas no plenário em segundo turno fazia parte da cartela de reivindicações do funcionalismo público. Elas foram, com algumas diferenças de texto, apresentadas durante todas as etapas de tramitação do PL 2309/2024 como forma de adaptar o projeto original do Executivo. Em cada uma delas, as proposições saíram derrotadas.

RESPONSABILIDADE

Pouco vocal ao longo das quatro semanas de tramitação do projeto na Assembleia, a base governista sempre destacou que a proposta de reajuste considerada insuficiente pelo funcionalismo era a oferta possível dentro da realidade econômica do estado. Em nota enviada à imprensa após a votação, o líder do governo na Casa, João Magalhães (MDB), destacou novamente as questões fiscais. Ele afirmou que todas as emendas enviadas pela oposição foram analisadas e a rejeição completa das propostas revela um cuidado dos parlamentares com as contas públicas do Executivo.

"O resultado final da votação, com a aprovação unânime do texto base e a rejeição de emendas, demonstra a sensibilidade das deputadas e dos deputados sobre o tema. Somente por meio de uma gestão fiscal responsável será possível oferecer, aprovar e sustentar aumentos reais dos vencimentos do funcionalismo", afirmou Magalhães em trecho do texto.

Na contra-argumentação orçamentária, a

10,67%

ERA O REAJUSTE PRETENDIDO PELOS SERVIDORES, QUE NÃO FOI APROVADO NA ASSEMBLEIA

oposição cita o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do próprio Executivo como um indicativo que o estado teve um aumento de mais de R\$ 5 bilhões na Receita Corrente Líquida (RCL) só no primeiro quadrimestre de 2024 e o valor seria suficiente para chegar aos 10,67%.

PRÓXIMOS PASSOS

Apesar dos placares favoráveis à situação, a oposição aponta derrotas governistas ao longo

da tramitação do PL 2309/2024, que começou em 14 de abril, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Destaca que situações como o adiamento da votação em primeiro turno após a bandada da base, a votação apertada das emendas e o recuo na proposta original de 3,62% para atingir, no menos, a inflação de 2023 representam que houve um desgaste de Romeu Zema para conseguir a vitória no plenário.

Em entrevista após a votação, Beatriz Cerqueira (PT) reiterou a visão do bloco Democracia e Luta de que Zema sai enfraquecido do processo de votação do reajuste. A deputada também anunciou que os próximos passos da oposição devem ser focados na votação de projetos do Executivo que reformam o financiamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsmg) e o Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM).

"Nosso próximo passo é a resistência para que o governo não desmonte o Ipsmg nem o IPSM. O governo saiu derrotado desse processo (do reajuste), sai desgastado. O governo tem 56 deputados na casa gente, a votação máxima que ele conseguiu foi 36 votos a avaliar a primeira e segundo turno, o governo teve uma baixa de 20 deputados na sua base na votação", afirmou.

LEIA MAIS NA PÁGINA 4



FUNCIONALISMO

SERVIDORES REAGEM COM PROTESTOS CONTRA DEPUTADOS

Aos gritos de "vergonhosa" e "marionetes de Zema", manifestantes mostraram sua irritação com os parlamentares que votaram contra um aumento maior do que os 4,62%



DESDE 14 DE ABRIL, SERVIDORES ACOMPANHAM COM PROTESTOS A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE REAJUSTE. ONTEM, MAIS UMA VEZ, ELAS LOTARAM AS GALERIAS DO PLENÁRIO PEDINDO UM AUMENTO MAIOR

BERNARDO ESTILLAC, BRUNO INOUCUIRA E JULIANO BOMBA

Os servidores públicos de Minas Gerais reagiram com protestos na galeria do plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) durante a sessão de votação do projeto de reajuste salarial. Os manifestantes, que se autodenominam "vergonhosa" e "marionetes de Zema", exigiam um aumento maior do que os 4,62% aprovados. O protesto ocorreu em meio a uma sessão marcada por acirramento entre a base governista e a oposição.

62,7 mil SERVIDORES RECEBERÃO MAIS OU ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO POR MÊS

Na sessão de ontem, o governador Romeu Zema (Novo) anunciou que o reajuste salarial dos servidores públicos de Minas Gerais será de 4,62%, correspondente ao Índice de Preços do Consumidor (IPCA) de 2023. O projeto também prevê a atualização dos vencimentos a partir de janeiro deste ano. Segundo o governador, o valor é o máximo possível dentro da realidade econômica do estado.

Apesar do resultado, a oposição não desistiu de lutar por um aumento maior. Beatriz Cerqueira (PT) afirmou que o governo saiu enfraquecido do processo de votação. Ela também anunciou que os próximos passos da oposição serão focados na votação de projetos que reformam o financiamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsmg) e do Instituto de Previdência dos Servidores Militares (IPSM).

Manifestantes na galeria exigiram um aumento maior do que os 4,62% aprovados. Alguns gritavam "vergonhosa" e "marionetes de Zema". O protesto ocorreu em meio a uma sessão marcada por acirramento entre a base governista e a oposição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3 e 4